



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 08

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 23 DE ABRIL DE 2013

ÍNDICE

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
B. ORDEM DO DIA	3
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA.....	3
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	4
3. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2013.....	4
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:.....	4
4.1 Ratificação do Despacho n.º 10/13 – 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2013 – PPI e AMR.....	4
4.2 Ratificação do Despacho n.º 11/2013 – 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa 2013	5
4.3 “Requalificação de Caminhos Agrícolas (Candidatura PRODER) – Pavimentação” – Proc.º I-07/12 – Ratificação da Notificação da Decisão de Adjudicação.....	5
4.4 “Requalificação de Caminhos Agrícolas (Candidatura PRODER) – Pavimentação – Proc.º I-07/12 – Ratificação da Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação	7
4.5. Ratificação do Protocolo com o Rancho Folclórico “Os Camponeses de S. Francisco” a).....	8
4.6.Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 1274770	9
4.7 Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 3110875	10
4.8.Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 1273715	10
4.9 Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 2946624	11
4.10 Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 1280362	12
5. INFORMAÇÕES	12
ENCERRAMENTO.....	20

a) Assunto não agendado na Ordem do Dia

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na vila de Samouco e salão da Junta de Freguesia de Samouco, pelas vinte e uma horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, José Luís dos Santos Alféua, Susana Isabel Freitas Custódio, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Jorge Manuel Pereira Giro, António Dias dos Santos Maduro e José Navarro Lopes Gemas.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

A. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente, dada a urgência na sua deliberação, solicitou a inclusão do seguinte ponto na Ordem do Dia, bem como a renumeração da mesma, o que foi aceite por unanimidade:

- Ratificação do Protocolo com o Rancho Folclórico “Os Camponeses de S. Francisco”.

B. ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou a Câmara que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €1.008.149,76 (um milhão, oito mil, cento e quarenta e nove euros e setenta e seis cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente informou a Câmara que, entre os dias 10/04/2013 e 22/04/2013, autorizou o pagamento da despesa, no valor de €599.213,21 (quinhentos e noventa e nove mil, duzentos e treze euros e vinte e um cêntimos), a que correspondem as ordens de pagamento emitidas do número 899 ao número 1027.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação da ata da reunião ordinária realizada em 10 de abril de 2013

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 10 de abril de 2013, por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Ratificação do Despacho n.º 10/13 – 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2013 – PPI e AMR

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo despacho, datado de 15 de abril de 2013, foi aprovada a 1.ª Alteração às Grandes Opções do Plano 2013 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes 2013, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com nova redação e republicação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 2 abstenções do PS e 5 votos a favor da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 1**.

4.2 Ratificação do Despacho n.º 11/2013 – 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa 2013

Pelo senhor presidente foi proposto o seguinte assunto:

«Pelo despacho, datado de 15 de abril de 2013, foi aprovada a 1.ª Alteração ao Orçamento da Despesa 2013, cujos documentos se submetem a ratificação da Câmara Municipal, de harmonia com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com nova redação e republicação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Assim, proponho a aprovação referente a esta deliberação.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por maioria, com 2 abstenções do PS e 5 votos a favor da CDU, bem como anexar os referidos documentos como **Doc. 2**.

4.3 “Requalificação de Caminhos Agrícolas (Candidatura PRODER) – Pavimentação” – Proc.º I-07/12 – Ratificação da Notificação da Decisão de Adjudicação

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alféua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária, n.º 32/13, referente à empreitada em epígrafe, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- Ratificação da Notificação da Decisão de Adjudicação do procedimento em epígrafe.»

Presente a referida informação técnica cujo teor é o seguinte.

«Na redação do CCP, a Notificação da Decisão de Adjudicação ao adjudicatário e restantes concorrentes deverá ser realizada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

«Sem prejuízo da delegação de competências da digníssima autarquia no Exmo. Sr. Presidente da Câmara no sentido de este poder promover a execução de empreitadas de obras públicas com valor estimado do Contrato até €748.196,85 (150.000 contos), considerando que o procedimento em causa foi aberto (e adjudicado) pela Câmara Municipal de Alcochete, julgamos que não será contraproducente o mesmo órgão praticar atos subsequentes, os quais, não prejudicando a celeridade que se pretende imprimir à formação do contrato em análise, têm a virtude de informar a autarquia quanto à evolução de um procedimento por si promovido.

A Notificação da Decisão de Adjudicação referente ao procedimento em epígrafe foi enviada no dia 18 de março, dando, dessa forma, prossecução célere à Deliberação de Adjudicação tomada, pela autarquia, a 13 de março.

Face à literalidade da lei no que ao mencionado ato concerne, somos do entendimento de que deverá haver sempre lugar à ratificação do mesmo por parte do órgão competente para a decisão de contratar, ou, supervenientemente, pelo órgão que efetivamente decidiu a contratação da empreitada, autorizou a despesa inerente ao Contrato a celebrar, escolheu o procedimento a adotar e deliberou sobre a adjudicação do mesmo.

Pelo que somos a propor a Ratificação da Notificação da Decisão de Adjudicação do procedimento em epígrafe.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.4 “Requalificação de Caminhos Agrícolas (Candidatura PRODER) – Pavimentação – Proc.º I-07/12 – Ratificação da Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alféua foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária, n.º 34/13, referente à empreitada em epígrafe, somos pelo presente a propor, para deliberação, da digníssima Câmara Municipal de Alcochete:

- Ratificação da Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação do procedimento em epígrafe.»

Presente a referida informação técnica cujo teor é o seguinte:

«Na redação do CCP, a Notificação da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário a todos os concorrentes deverá ser realizada pelo órgão competente para a decisão de contratar.

Sem prejuízo da delegação de competências da digníssima autarquia no Exmo. Sr. Presidente da Câmara no sentido de este poder promover a execução de empreitadas de obras públicas com valor estimado do Contrato até €748.196,85 (150.000 contos), considerando que o procedimento em causa foi aberto (e adjudicado) pela Câmara Municipal de Alcochete, julgamos que não será contraproducente o mesmo órgão praticar atos subsequentes, os quais, não prejudicando a celeridade que se pretende imprimir à formação do contrato em causa, têm a virtude de informar a autarquia quanto à evolução de um procedimento por si promovido.

A notificação em análise foi enviada no dia 5 de abril, e, posteriormente, foram notificados os restantes concorrentes da entrega, pelo adjudicatário, ao abrigo do n.º 16.8 do Programa de Concurso, de Declaração de compromisso de subempreiteiro suprida, salvo melhor opinião, de irregularidades, dando, dessa forma, prossecução célere e eficiente às disposições do artigo 85.º do CCP.

Face à literalidade da lei no que ao mencionado ato concerne, somos do entendimento de que deverá haver sempre lugar à ratificação do mesmo por parte do órgão competente para a decisão de contratar, ou, supervenientemente, pelo órgão que efetivamente decidiu a contratação da empreitada, autorizou a despesa inerente ao Contrato a celebrar, escolheu o procedimento a adotar e deliberou sobre a adjudicação do mesmo.

Pelo que somos a propor à digníssima Câmara Municipal de Alcochete a Ratificação da Notificação da Apresentação dos Documentos de Habilitação do procedimento em epígrafe.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.5. Ratificação do Protocolo com o Rancho Folclórico “Os Camponeses de S. Francisco” a)

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi proposto o seguinte assunto:

«O Rancho Folclórico “Os Camponeses de São Francisco” foi fundado a 30 de julho de 1955 por iniciativa de alguns habitantes da freguesia de São Francisco.

Este rancho é membro da Confederação Internacional de Organizações de Folclore, da Federação de Folclore Português e sócio do Inatel e do Turismo de Setúbal.

O Município de Alcochete tem apoiado esta associação, na medida das suas possibilidades, tendo agora oportunidade de proporcionar instalações cedidas, mediante protocolo, nas antigas instalações do jardim-de-infância de S. Francisco, sitas no largo 1.º de Maio.

A melhoria das suas condições de trabalho associativo potenciará o desenvolvimento dos seus objetivos estatutários e fornecerá condições condignas de acolhimento aos sócios e simpatizantes.

Assim, nos termos do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, propomos a ratificação do protocolo, assinado no passado dia 21 de abril, e que dá a forma a esse desiderato de colaboração institucional entre o Município de Alcochete e o Rancho Folclórico “Os Camponeses de São Francisco”.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade, bem como anexar cópia do referido protocolo como **Doc. 3**.

4.6.Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 1274770

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1274770, José Alberto Sousa Machado, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €312,13.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €31,21 cada ($€312,13 / 10 = €31,21$), com início em abril de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.7 Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 3110875

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 3110875, Maria Madalena Modesto Pacífico, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €90,89.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 3 prestações no valor de €30,30 cada ($€90,89 / 3 = €30,30$), com início em abril de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.8. Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 1273715

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1273715, Carlos Alberto de Melo Ferreira, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;
2. A dívida é no valor de €670,65.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €67,07 cada ($€670,65 / 10 = €67,07$), com início em abril de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.9 Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 2946624

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 2946624, Ioan Adrian Rus, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €144,26.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €14,43 cada ($€144,26 / 10 = €14,43$), com início em maio de 2013.»

Submetido à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar o assunto proposto por unanimidade.

4.10 Fracionamento do pagamento de consumo de água – cliente n.º 1280362

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi proposto o seguinte assunto:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1280362, Manuel Maria Ferreira, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €336,19.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €33,62 cada ($€336,19 / 10 = €33,62$), com início em abril de 2013.»

5. Informações

Pelo senhor presidente foi prestada a seguinte informação:

– Ciclo de *workshops* sobre os serviços dos ecossistemas como mais-valia para a sustentabilidade de comunidades locais

«No âmbito da parceria entre o Município de Alcochete e o Grupo de Investigação em Estratégias de Ambiente e Sustentabilidade (SENSU) do Instituto Superior Técnico, realizou-se no passado dia 22 de abril o primeiro de um ciclo de três *workshops* sobre os “Serviços dos Ecossistemas como mais-valia para a sustentabilidade de comunidades locais”.

Estas sessões de trabalho estão inseridas num processo de investigação aplicado ao município de Alcochete, conduzido pela senhora eng.^a Rita Gomes, no âmbito do seu programa de doutoramento em Engenharia do Ambiente pelo Instituto Superior Técnico (IST), sob orientação da Professora Maria do Rosário Partidário.

No âmbito desta investigação foi destacada a necessidade de integração da avaliação dos serviços dos ecossistemas presentes no Concelho de Alcochete no planeamento territorial, através de uma metodologia de avaliação dos benefícios dos mesmos, metodologia, essa, aliás, já publicada internacionalmente.

Os resultados desta avaliação irão enriquecer o desenvolvimento do Plano Estratégico de Desenvolvimento do Município de Alcochete, do Processo de Revisão do Plano Diretor Municipal, da Avaliação Ambiental estratégica e de outros instrumentos de planeamento municipais.

Ressalve-se que os Serviços de Ecossistemas estão integrados na AAE do Plano Diretor Municipal de Alcochete como um critério de avaliação do Fator Crítico de Decisão - “Valorização dos sistemas naturais”.

Num trabalho prévio, com início em março de 2011, foi feita uma identificação dos ecossistemas presentes em Alcochete, através de visitas de campo, revisão bibliográfica e contributo de trabalhos desenvolvidos por alunos de Gestão do Ambiente e Território do Mestrado Integrado em Engenharia do Ambiente do IST, disciplina lecionada pela Professora Maria do Rosário Partidário.

Identificaram-se quatro tipologias principais de ecossistemas, tendo em conta a importância da sua conservação:

- Agrícola: hortas urbanas, sistemas de cultivo, arrozais;
- Florestal: Montado;
- Zonas húmidas: sapais, marinhas e salinas;
- Zonas costeiras: praias, dunas e estuário.

A Quinta da Barroca d'Alva e as Salinas do Samouco, por agregarem diversos ecossistemas e serviços, também foram integradas e particularizadas, por forma a obter uma visão do benefício cumulativo da diversidade de ecossistemas e das questões de gestão associadas.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Alcochete, para cada ecossistema identificado, foram já abordados os serviços fornecidos e potenciais, os agentes relacionados e os problemas relacionados com os fatores de mudança que afetam o aprovisionamento desses serviços.

Nesta fase dos trabalhos, o objetivo é proceder ao envolvimento dos agentes interessados nos processos de valoração da importância e dos benefícios que os serviços dos ecossistemas representam para a economia municipal em Alcochete. Pelo que, em colaboração com a Câmara Municipal, foram programados um conjunto de três *workshops*, visando o envolvimento de agentes na avaliação dos serviços dos ecossistemas de Alcochete e reforçar o conhecimento sobre os serviços atuais e potenciais fornecidos pelos mesmos.

Assim, no primeiro *workshop* pretendeu-se obter a perceção dos agentes em relação aos serviços que lhes interessam, o valor que lhes atribuem e as sinergias que permitem, de acordo com a seguinte metodologia:

- Identificação dos agentes com interesse, designadamente os que disponibilizam e os que utilizam os serviços fornecidos pelos ecossistemas;
- Conhecer a perceção desses agentes em relação aos Serviços dos Ecossistemas;

- Identificar relações de conflito ou influência e os interesses dos vários agentes, face aos Serviços de ecossistemas, bem como os conflitos/sinergias existentes e potenciais entre os diferentes sectores;
- Identificar os fatores que afetam os Ecossistemas e a sua capacidade em fornecer os serviços;
- Obter a perceção do valor que as agentes atribuem aos Serviços de Ecossistemas prioritários.

Este primeiro *workshop* contou com a participação de 23 representantes de diferentes entidades com interesses nos ecossistemas identificados, designadamente dos vários organismos da administração local, regional e nacional, entidades com interesses ambientais, bem como dos produtores e suas associações.

Está ainda programada, para o dia 6 de maio, a realização de um segundo *workshop*, onde se pretende vir a discutir as opções de geração de receitas potenciais em Alcochete através de uma gestão sustentável dos ecossistemas e, no dia 21 de Maio, está prevista a realização do último *workshop*, onde se pretende apresentar e discutir os resultados finais obtidos.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pelo senhor vereador José Luís dos Santos Alféua foi prestada a seguinte informação:

- “Requalificação de Caminhos Agrícolas (candidatura PRODER) – Pavimentação” – Proc. I-07/12

«Junto se anexa informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária n.º 35/13 referente à empreitada em epígrafe, para conhecimento da digníssima Câmara Municipal de Alcochete de procedimento efetuado, nomeadamente: Habilitação do Adjudicatário.»

«Artigo 81.º e seguintes do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com a redação atual.

1. Na sequência da entrega, pelo Adjudicatário, a 01/04/2013, dos documentos de habilitação exigidos nos termos da nossa Notificação da Decisão de Adjudicação, e após suprimimento das irregularidades detetadas nas declarações de compromisso de subempreiteiro, levada a cabo ao abrigo do n.º 16.8 do Programa do Procedimento;
2. Considerando a ausência de regulação específica no que à questão do Alvará com o qual o adjudicatário se apresentou a concurso concerne, a saber, o de Empreiteiro Geral de Obras Rodoviárias na classe 3, o qual, permitindo-lhe concorrer e, bem assim, coordenar a obra, obrigou-o a recorrer a um subempreiteiro com uma classe passível de cobrir a totalidade do valor da sua proposta na subcategoria especificamente exigida, sem, porém, que o mesmo possa vir a ultrapassar, na fase de execução, o limite de 75% imposto pelo n.º 2 do artigo 383.º do CCP;
3. Julgamos ter a empresa Obragoito – CCOP, Lda. demonstrado, salvo melhor opinião (porquanto não existir jurisprudência firmada sobre esta situação em particular), a sua habilitação para executar a empreitada em epígrafe;
4. Motivo pelo qual foi aprovada a referida Habilitação por Despacho do Exmo. Sr. Presidente da Câmara de 15/04/2013 (na sua qualidade de órgão competente para promover a execução de empreitadas de obras públicas com valor estimado do Contrato até €748.196,85).
5. Considerando que o procedimento em causa foi aberto pela Exma. Câmara Municipal de Alcochete, a qual, igualmente, deliberou sobre a sua Adjudicação, somos a informar a mesma da decisão em epígrafe, apensando, para o efeito, reprodução da Informação n.º 31/13/DOMRV e seus anexos (**Doc. 4**).

Para conhecimento da digníssima autarquia.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi prestada a seguinte informação:

– Concerto pedagógico pela Banda Sinfónica da PSP no Passil

«No passado dia 17 de abril, a Câmara Municipal promoveu um concerto pedagógico pela Banda Sinfónica da PSP no Centro Social do Passil.

Dirigido aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e do pré-escolar da localidade, ao longo de cerca de 30 minutos, as mais de 50 crianças dos estabelecimentos de ensino locais puderam aprender de forma didática e lúdica as várias classes de instrumentos que compõem a banda sinfónica, bem como o seu som quando interpretados isoladamente.

Pelo meio da apresentação a banda foi interpretando temas do conhecimento de todos, o que permitiu uma grande interação com a comunidade.

No final ficou a satisfação de todos, pela manhã diferente que puderam disfrutar, bem como o orgulho pela receção, no Passil, de uma banda sinfónica militar.

Os concertos pedagógicos continuam já no próximo dia 24 de maio, na Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense, para os alunos dos estabelecimentos de ensino público da freguesia do Samouco.

A Câmara Municipal agradece ao Rancho Folclórico Danças e Cantares do Passil a disponibilidade com que acolheu este concerto pedagógico, bem como à Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense pela receptividade em receber a Banda Sinfónica da PSP para o próximo espetáculo.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foram prestadas as seguintes informações:

1– Tomada de posição

«No decorrer da Assembleia Geral da Amarsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., realizada no passado dia 18 de março, os representantes de todos os municípios acionistas que compõem este sistema multimunicipal subscreveram uma Tomada de Posição, documento, que foi entregue ao Conselho de Administração da Amarsul, e que consta em anexo a esta informação (**Doc. 5**).

Pretende-se com a sua leitura, informar esta Câmara Municipal sobre o conteúdo do mesmo.»

A Câmara tomou conhecimento.

2– Fundação das Salinas do Samouco

«Foi na reunião de Câmara descentralizada, realizada em 2012/09/26 nesta freguesia do Samouco, que fui mensageiro da decisão do Governo em extinguir a Fundação das Salinas do Samouco (FSS).

Hoje sou novamente o mensageiro, mas no caso, de uma boa notícia:

Após um tímido recuo por parte do Governo, a FSS já não vai extinguir-se.

Esta é a vontade de quase todos, incluindo o Conselho de Administração da FSS, os seus Instituidores (Câmara Municipal de Alcochete, Lusoponte e ICN-F), trabalhadores, e hortelãos.

Até à presente data não houve nenhuma resposta do governo à contestação escrita, efetuada pelo Conselho de Administração da FSS e, individualmente, pelos Instituidores, que tudo fizeram para que a FSS mantivesse as portas abertas, dando assim continuidade e cumprimento ao Decreto-Lei n.º 36/2009.

Tivemos conhecimento desta não-extinção, através da publicação do *Diário da República*, 1.ª série, datado de 8 de março de 2013, onde menciona a Resolução do Conselho de Ministros n.º 13-A/2013, que publica a decisão final sobre todas as fundações do país.

Em relação à FSS, a Resolução diz que haverá Uma “*Cessação do total de apoios públicos*”, situação que todos sabemos que já acontece!

Assim, além de imperar o bom senso, ficam assegurados os postos de trabalho, o projeto das Hortas Sociais, e o caminho da autossustentabilidade da Fundação.

Depois da retificação deste erro, só pedimos que deixem a Fundação trabalhar com tranquilidade.»

A Câmara tomou conhecimento.

O senhor presidente da Câmara agradeceu à Junta de Freguesia de Samouco, na pessoa do seu presidente, a cedência do espaço, quer para a realização da reunião de Câmara, quer para o atendimento que foi efetuado durante o período da tarde, bem como a visita efetuada à vila.

O presidente da Junta de Freguesia de Samouco, senhor António Almeirim, agradeceu a descentralização da reunião de Câmara, lamentando, no entanto, que estivessem poucos munícipes presentes.

Informou, ainda, sobre as iniciativas, na freguesia, para comemorar o 25 de Abril e agradeceu à Câmara Municipal o esforço financeiro efetuado para a conclusão do *skatepark*, realçando o bom trabalho, e extraordinária cooperação, por parte dos trabalhadores da autarquia.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 22:25 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.